

ANO 4  
Nº 13  
AGOSTO  
SETEMBRO  
2007

# Maranhão Industrial

**Impresso Especial**  
18061/2005-DR/MA  
FIEMA-MA  
CORREIOS



#### **SUPER SIMPLES**

Prejuízo para estados com regime tributário próprio

#### **COURO**

Substituição do couro sintético é opção para o Maranhão

#### **MÚSICA**

A voz do Maranhão no Brasil

FIEMA  
SESI  
SENAI  
IEL

Sistema  
**FIEMA**

São mais de  
**130**  
MOTIVOS  
para elevar a  
competitividade da  
**INDÚSTRIA**  
Maranhense

O SENAI Maranhão oferece aos trabalhadores da indústria a melhor educação profissional do estado. São mais de 130 cursos em 19 segmentos industriais. O objetivo é tornar a nossa indústria mais forte e competitiva.



**UNIDADES SENAI - MA**

- **Açailândia**  
(99) 3538-4089
- **Bacabal**  
(99) 3621-1182
- **Balsas**  
(99) 3541-9630
- **Caxias**  
(99) 3521-4475
- **Imperatriz**  
(99) 3523-2454
  
- **São Luís**  
- Raimundo Franco Teixeira  
(98) 3212-0512  
- Cetam  
(98) 3241-1214



EDUCANDO PARA AS TRANSFORMAÇÕES



**Couro 16**

Novos investimentos visam substituição do couro sintético e beneficiamento local do produto

**Siderurgia 20**

Projeto siderúrgico adiado com a ida da Baosteel para o Espírito Santo



**Consumo 16**

Inserção em programas sociais do governo federal alteram perfil do consumo no estado



**Voz do Maranhão 35**

Cantores maranhenses como Alcione contam da influência da terra natal nos seus trabalhos e como alcançaram o sucesso

# Maranhão Industrial

**SEÇÕES**

Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

**Simplex Nacional 30**

Entrada do Super Simplex em vigor não é vantagem para estados com tributação especial, como o Maranhão

**1.º Vice-Presidente:** Francisco Sales Alencar.  
**2.º Vice-Presidente:** Edilson Baldez das Neves.  
**Vice-Presidentes:** Antonio Carlos Lopes Ribeiro, Benedito Bezerra Mendes, Carlos Augusto Fonseca Mendes, Cirilo José Campêlo Arruda, Edivan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Miranda, Franklin Delano Marinho Rocha, Jair Rosignoli, Joanas Alves da Silva, Ricardo Nascimento, José Antonio Bubatem, José Augusto Batista, José de Ribamar Barbosa Belo, José Orlando Soares Leite Filho, José Raimundo Nunes Sarmento, José Ribamar Barbosa Oliveira, Júlio Rodrigues dos Santos, Mário Machado Mendes, Pedro Robson Holanda da Costa e William José Nagem.  
**1.º Secretário:** Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo.  
**2.º Secretário:** Rachid Abdalla Neto.  
**1.º Tesoureiro:** José de Ribamar Fernandes.  
**2.º Tesoureiro:** José Ribamar Pereira.  
**Conselho Fiscal:** José Seabra Godinho, Eduardo de Souza Leão e João Neto Franco.  
**Suplentes do Conselho Fiscal:** Antônio Alves Barbosa, Neife Abdalla e Carlos Alberto Ferreira da Silva.  
**Delegados Representantes Junto à CNI:**  
**Efetivos:** Jorge Machado Mendes e Francisco de Sales Alencar.  
**Suplentes:** Edilson Baldez das Neves e Pedro Robson. Holanda da Costa.  
**Presidentes dos sindicatos afiliados:** Ana Ruth Nunes Mendonça, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito Bezerra Mendes, Edvan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Barros Carvalho, Francisco de Assis Miranda, Joanas Alves da Silva, João Alberto Teixeira Mota Filho, João de Deus Pires Leal Neto, João Neto Franco, José Raimundo Sarmento, José Antonio Bubatem, José de Ribamar Fernandes, José Ribamar Pereira, Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Nelson José Nagem Frota, Paulo Roberto Costa Nagem, Ricardo Nascimento, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

## Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA  
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama  
CEP 65.060-645 - São Luís-MA.  
Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804  
www.fiema.org.br - maranhaoindustrial@hotmail.com  
**Consultor Econômico:** Marco Antonio Moura da Silva  
Edição: Portal da Comunicação  
**Editora:** Cíntia Machado  
**Reportagem:** Cíntia Machado, Ernesto Batista, Ribamar Cunha, Franci Monteles e Selma Figueiredo.  
**Fotografia:** Nael Reis, Emir Penna, Rodrigo Monteles, Edgar Rocha e A. Baêta.  
**Capa e Editoração:** Almenbergues Jales  
**Impressão:** Gráfica Minerva

**CONTATO COMERCIAL:**  
Tel: (98) 8842.2644 / 8111.6901  
E-mail: portaldacomunicacao@hotmail.com

Cartas para a redação:  
Maranhão Industrial  
Ao Editor  
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama  
CEP 65.060-645 - São Luís-MA.  
As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.

## AO LEITOR

Caro leitor,

Nesta edição, a Revista Maranhão Industrial mostra na matéria de capa como os programas sociais do governo federal, como Bolsa-Família e Vale-Gás, vêm alterando o consumo da classe baixa da população, antes preocupada apenas em garantir comida na mesa e meio de transporte. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extraídos da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD). O Maranhão teve o melhor índice do país. Além dos recursos da assistência social, analistas apontam o aumento da massa salarial, estabilidade da inflação e facilidade de acesso ao crédito como fatores que influenciaram nesse resultado.

O empresário também fica sabendo quais as vantagens e desvantagens de cada setor e segmento econômico em aderir ao Super Simples e porquê nos estados com um sistema tributário próprio, como o Maranhão, a Lei Geral não trouxe muitas compensações. Ainda nessa matéria, quanto custa para abrir uma nova empresa e o que é preciso para driblar o fantasma da mortandade dos novos empreendimentos.

Você também vai conhecer quais os entraves para a implantação do projeto da Companhia Siderúrgica do Mearim (CSM), orçado em US\$ 5 milhões, a mudança de endereço da Baosteel e o adiamento do projeto de um pólo siderúrgico. Na entrevista com o Doutor em Química Orgânica, Fernando Carvalho Silva, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), as pesquisas sobre biodiesel e um alerta para a diversificação e regionalização das culturas para produção do diesel verde.

Na seção 'Vale a Pena Investir no Maranhão', as recentes ações governamentais e investimentos na cadeia produtiva do couro. Como o estado, que possui o segundo maior rebanho bovino do Nordeste, só perdendo para a Bahia, pode substituir o couro sintético e passar a beneficiar localmente a matéria-prima para produção de calçados, bolsas e acessórios. Na seção 'Ócio Criativo', a trajetória de grandes artistas maranhenses que precisaram sair do estado para fazer sucesso, mas ainda assim trazem nas suas produções as influências culturais e os ritmos da terra natal.

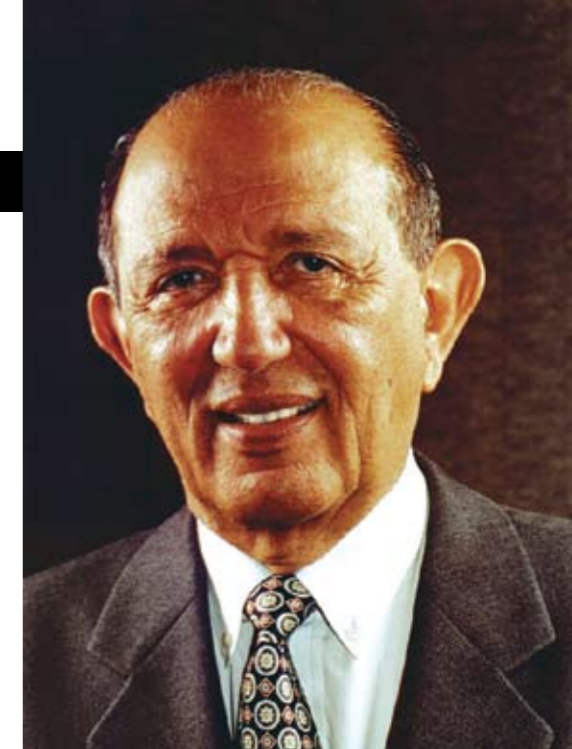
Boa leitura e bons negócios!

*A editora*

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Jorge Machado Mendes\*

# Integrar para desenvolver



A exploração mineral da Serra dos Carajás, no Pará, promoveu a implantação de infra-estruturas importantes, nos últimos 25 anos: o complexo portuário do Itaqui, a Estrada de Ferro Carajás, a Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia-Tocantins – estas ainda em construção – além dos eixos rodoviários sentido Sul-Norte, interligando o Planalto Central do Brasil às regiões Norte e Nordeste.

Em seu conjunto, essas infra-estruturas demarcam uma grande área de influência onde, além da atividade mineira, se implantam projetos econômicos os mais diversos, com destaque para o agronegócio da soja e da pecuária, que assim passam a ter um caminho mais favorável para o mercado externo – o porto do Itaqui.

Concebido inicialmente como uma simples teia de transporte multimodal para a exportação de produtos minerais e agropecuários das regiões que o integram, o Corredor Centro-Norte passa a ser visto, agora, como um grande espaço de desenvolvimento, em que a infra-estrutura implantada, a par da finalidade exportadora, é fator preponderante no estabelecimento de novos arranjos e cadeias produtivas.

Por sua vez, os estados integrantes da área organizam-se em torno desse grande objetivo, formulando e adotando políticas

comuns de interesse econômico, fortalecendo as cidades como centros prestadores de serviços, abrindo espaço à iniciativa privada para agregar valor aos produtos regionais, promovendo, de forma sustentada e integrada, todos os setores produtivos.

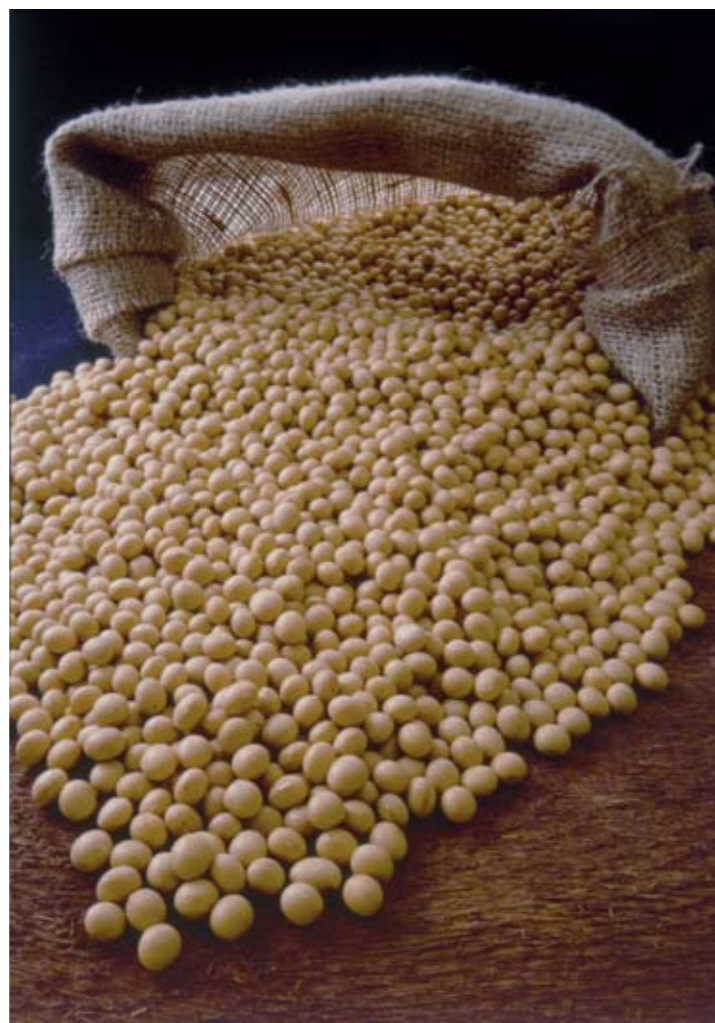
Tais objetivos exigem de governos e agentes econômicos, a adoção de políticas comuns para o agronegócio – a grande vocação regional; de políticas industriais consensuadas, que estimulem o investimento e atendam à demanda nacional e à exportação; de políticas consistentes de atração de investimentos que assegurem um desenvolvimento equilibrado, compatível com os recursos e com a vocação natural de cada estado.

Para tanto, é fundamental concluir a infra-estrutura do Corredor Centro-Norte: a Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, o porto do Itaqui, os grandes eixos rodoviários que demandam o Norte e Nordeste do país. Será essa, uma decisão estratégica que, ao incorporar um patrimônio imensurável à atividade produtiva nacional, permitirá, ao Brasil, operar uma economia regionalmente integrada, competitiva, gerando mais renda e desenvolvimento para um número maior de brasileiros. ■

*\*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

**TEGRAM ▶**

Depois de audiência pública realizada pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) analisará Termo de Referência relativo ao processo de arrendamento do lote 2 do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM). Uma vez homologado pelo Tribunal de Contas da União, será publicado o edital para o processo de licitação que visa o arrendamento do TEGRAM. O terminal será construído em uma área de 145 mil metros quadrados para garantir o armazenamento e movimentação de grãos no Porto do Itaqui. O projeto terá grande impacto para o escoamento da produção de grãos, principalmente soja, de produtores do Maranhão, Tocantins, Piauí, Goiás, Mato Grosso e Sul do Pará.



**CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

*Uma nova ferramenta de gestão financeira para o setor industrial será implantada em todas as Federações de Indústria do país. Trata-se do Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação (SIGA)-módulo sindical, que permite a otimização do processo de arrecadação, além de um mapeamento das empresas do setor. O objetivo é padronizar o processo de arrecadação de impostos e aumentar ainda mais o controle financeiro realizado pelas federações e sindicatos. O sistema está sendo disponibilizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).*

**QUALIDADE NO TRABALHO**

Os ganhadores da etapa estadual do Prêmio SESI Qualidade no Trabalho 2007 no Maranhão foram a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Lavatec, Cosima Siderúrgica do Maranhão e a Panificadora Pão da Hora, de Imperatriz.

A Finorte Indústria Têxtil também foi premiada em uma categoria especial por ter sido ganhadora por dois anos consecutivos. A premiação oficial acontecerá em outubro. As empresas premiadas concorrem à etapa regional.

**REDUÇÃO DA POBREZA ▼**

Seis milhões de brasileiros saíram da chamada linha da miséria em 2006, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgada em setembro. É o melhor resultado dos últimos 15 anos, desde que o estudo começou a ser feito. A análise dos dados desde 1992 mostra que em dois momentos houve importantes reduções da pobreza: entre 1993 e 1995, no governo Fernando Henrique, segundo os pesquisadores por fatores como a criação do Plano Real e programas sociais; e entre 2003 e 2005, no governo Lula, também por causa de programas sociais e avanços na economia. Em 2006, foram criados 2,1 milhões de empregos, fator que ajudou o país a chegar a esses números positivos.

**EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

*Estão abertas as inscrições para o prêmio SESI Qualidade na Educação, promovido pelo Serviço Social da Indústria em parceria com a Unesco e apoio do MEC. O prêmio tem o objetivo de estimular a melhoria da educação no Brasil por meio da identificação e reconhecimento das instituições educacionais públicas e privadas que desenvolvam educação de qualidade, considerando a prática pedagógica, a gestão escolar e o ambiente educativo. As inscrições podem ser feitas até o dia 30 de novembro pelo site [www.sesi.org.br/premioeducacao](http://www.sesi.org.br/premioeducacao) por escolas públicas e privadas de ensino Fundamental e Médio de crianças, jovens e adultos e escolas da rede SESI de educação.*





RODRIGO MON-

### ETANOL DO MARANHÃO

O Maranhão exportou pelo Porto do Itaqui 4,5 milhões de litros de etanol para os Estados Unidos, em setembro. A produção da TG Agroindustrial, em Aldeias Altas, inaugurou a exportação de álcool combustível do estado. O carregamento de etanol seguiu para Trinidad-Tobago, no Caribe, onde será desidratado e depois reembarcado para consumo nos Estados Unidos. A previsão da empresa produtora é que já no próximo ano sejam 25 milhões de litros de etanol.

### MARAVILHA DO MUNDO ▼

Os Lençóis Maranhenses estão disputando o título das Sete Maravilhas Naturais do Mundo Moderno. A votação está sendo feita pelo site [www.new7wonder.com](http://www.new7wonder.com). O representante brasileiro foi o mais votado em uma enquete feita pela revista Época entre julho e agosto deste ano com mais de 4 mil internautas.



### MAIS ENERGIA

A Alcoa anunciou Projeto Estreito de geração de energia, que está sendo implantado na divisa do Maranhão com o estado do Tocantins. Orçado em R\$ 3,5 bilhões, a obra é o maior projeto de geração de energia de fonte hidráulica atualmente em construção no país, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. A hidroelétrica vai gerar aproximadamente 1.100 megawatts para abastecer a Alumar, suprir também as necessidades do estado e do chamado pool do setor elétrico. A estimativa para início de operação das turbinas é 2010. São acionistas o grupo francês Suez, com 40% das ações, a Companhia Vale do Rio Doce, que detém 30% do controle acionário; a Alcoa, com 25%, e a Camargo Corrêa tem 5% das ações.

### CRESCIMENTO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada elevou a expectativa de crescimento da economia brasileira de 4,3% para 4,5%. Os economistas do governo também reviram a taxa de inflação. Segundo o Ipea, o índice de preços ao consumidor deve fechar o ano em 4%. A previsão anterior era de 3,4%.

### MAIS EMPREGO

Estudo realizado também pelo Ipea em setembro destacou a transição demográfica pela

qual passa o país (aumento do envelhecimento e queda da fecundidade); a maior homogeneidade do padrão familiar (famílias menores); o crescimento do número de domicílios unipessoais; o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho; a mudança no padrão migratório (os que migram tem maior escolaridade e se mudam de área urbana para área urbana); a queda da taxa de desemprego (o mais baixo patamar desde 2001) e o aumento do emprego com carteira assinada. Outra conclusão é que a escolaridade tem aumentado, mas o emprego gerado nem sempre é de qualidade.



### AÇÃO GLOBAL

Cerca de 70 mil atendimentos entre serviços médicos e de cidadania foram realizados em São Luís, na 14ª edição do Ação Global. O evento, promovido anualmente pela Rede Globo em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), aconteceu em 34 localidades espalhadas pelo país. Em São Luís, o Ação Global tem parceria com o Sistema Mirante. Mais de 2 mil voluntários e cerca de 70 parceiros estiveram envolvidos diretamente na realização do evento, que este ano trouxe novidades como consultas oftalmológicas com distribuição de óculos e consultas neurológicas para pessoas com epilepsia, seqüelas de Acidente Vascular Cerebral (AVC), insônia profunda, dor de cabeça crônica e outras doenças neurológicas. Foram prestados ainda serviços de emissão de documentos.

# “Mamona limita produção de biodiesel”

Por Cíntia Machado

O representante oficial do Maranhão no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o Doutor em Química Orgânica Fernando Carvalho Silva, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), fala das pesquisas realizadas no estado para a otimização da produção do diesel verde e explica porquê outras culturas como girassol e algodão são mais indicadas para o estado do que a mamona, que ganhou subsídios do governo federal e por isso vem atraindo investidores. E mais: como o babaçu e o sebo bovino, além da junça, podem ajudar a diversificar e regionalizar a produção de biodiesel no estado, que necessita da aprovação de programa próprio para o setor como forma de regular desde o cultivo da matéria-prima feito por agricultores familiares até a comercialização, além de novas pesquisas e incentivos fiscais.



**Maranhão Industrial – Recentemente foi realizado em São Luís o I Encontro Regional de Biodiesel. Quais os maiores desafios dos estados nordestinos para a produção do diesel verde?**

**Fernando Carvalho Silva** – Como o Maranhão, alguns estados ainda não têm o seu programa de biodiesel. Os que estão com seu programa iniciado conseguiram impulsionar a produção. Exemplo disso é a Bahia, que saiu na frente e atraiu alguns investidores. Seguiremos o Programa Nacional de Produção de Biodiesel, que está fundamentado em três pilares: social, ambiental e mercado. Com o nosso programa que será implantado em breve, estaremos muito voltados para a inclusão social dos agricultores. O programa é coordenado pela Secretaria de Indústria e Comércio, tendo um Comitê Executivo formado por várias secretarias e um Conselho Gestor, que inclui as universidades, centros de pesquisas, empresas e instituições federais.

**MI – Dos quatro maiores estados produtores de babaçu, o Maranhão é o que concentra a maior área de babaçuais. Qual é a viabilidade social e econômica do babaçu como matéria-prima para a produção de biodiesel?**

**FCS** - O Maranhão pode trabalhar, além de mamona, com outras culturas, como o babaçu, para diversificar e regionalizar a

produção. Mas para isso é preciso fazer uma reorganização do sistema de produção das amêndoas. O modelo atual não é adequado e ainda é necessário desenvolver pesquisas em paralelo de novas espécies de babaçu com maior teor de óleo, além da utilização integral do coco. A coleta precisa ser mais eficiente e a quebra mecanizada e centralizada em

**“O Maranhão pode trabalhar, além de mamona, com outras culturas, como o babaçu, para diversificar e regionalizar a produção”.**

uma comunidade. Além disso, é preciso criar um sistema de mercado para todos os componentes do coco. O endocarpo de babaçu (casca) tem alto poder calorífico e muitas indústrias já descobriram isso. O babaçu na realidade não é um gerador de óleo. Ele é produtor de biomassa, como o amido e o endocarpo. O óleo é na verdade um subproduto, assim como é no caso da soja, que devido à grande produção

viabiliza a utilização do óleo, o que deverá ocorrer com o babaçu para uso em escala industrial. O percentual do óleo no babaçu é grande quando comparado com o peso da amêndoa, em torno de 60%, mas pequeno devido ao peso.

**MI – Já temos mais de 60 subprodutos do babaçu, mas no caso específico do óleo praticamente tudo é exportado para fabricação de cosméticos. Com a utilização do óleo ampliaria essa cadeia produtiva?**

**FCS** - Sim, mas quando se fala em biodiesel estamos falando de milhões de litros. Somente a Brasil Ecodiesel irá produzir 12 milhões de litros/ano e isso requer quase a mesma quantidade de óleo. Uma das funções do programa estadual é incentivar a produção das culturas e uma das linhas é o estudo de outras variedades. Atualmente, estão sendo investidos recursos para desenvolver um sistema de coleta, de produção e de quebra mais eficiente, a exemplo da iniciativa do SENAI e da Memphis e outra da Tecbio. Enquanto isso, podemos incentivar a plantação de outras culturas e a diversificação da matéria-prima.

**MI – Nesse sentido há pesquisas locais sobre a utilização do sebo bovino como matéria-prima, já que o estado possui o segundo maior rebanho do Nordeste?**

**FCS** – Tanto faz se você utilizar gordura animal, como de frango, suíno ou bovino para produzir biodiesel. O processo funciona praticamente da mesma forma que para outras matérias-

primas. É muito importante buscarmos outras matérias-primas, já que hoje o país não teria condições de produzir biodiesel para acrescentar ao diesel na proporção de 5%, o chamado B5. Até o final de 2007, a mistura não é obrigatória. A partir de 2008 passa a ser obrigatório. A partir de 2012 serão obrigatórios os 5%, mas como a produção está aumentando rapidamente, talvez isso seja antecipado para 2010. Isso vai depender da resposta do mercado. Usar o sebo foi uma iniciativa de donos de frigorífico. O preço do sebo é muito barato no mercado e direcionado para a produção de sabão. O que eles estão fazendo é agregar valor ao produto produzindo biodiesel. Mas precisamos fazer um estudo mais aprofundado sobre o abate bovino no estado. Temos a perspectiva de fazer esse estudo. O próprio programa prevê o fornecimento desse tipo de informação para o mercado. Se você tem informações de mercado confiáveis, isso facilita muito a vinda de novos investidores para o Maranhão.

**MI – Como acontece, dentro do ambiente acadêmico, a definição de que áreas serão estudadas? Há uma interação com o setor industrial?**

**FCS** – Na verdade o trabalho nasceu como uma ação estratégica da Secretaria de Indústria e Comércio (Sinc) e da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapema), em 2003. A partir daí

**“Se você tem informações de mercado confiáveis, isso facilita muito a vinda de novos investidores para o Maranhão”.**

várias outras secretarias iniciaram alguns pequenos trabalhos voltados para o biodiesel. A pesquisa e a formação de recursos humanos



ficou a cargo da universidade com o apoio da Fapema, que lançou editais para obtenção de recursos. O que temos agora são pesquisas concluídas, formação de recursos humanos e a continuidade disso depende da criação de um programa estadual, não só na área do biodiesel, mas de biocombustíveis em geral. Fazemos pesquisas aplicadas para que os resultados possam, a curto prazo, beneficiar o setor industrial. Um exemplo são os sensores para controle de qualidade do processo de produção do biodiesel nos tanques de armazenamento ou nas bombas de combustíveis. Já há investidores interessados nesse projeto.

**MI – Todo esse esforço pode injetar um ânimo novo na indústria de óleo do estado?**

**FCS** – Deve aumentar sim com a extração de uma maior quantidade de óleo, o que beneficia toda a cadeia. Por isso precisamos preparar pessoal para atuar desde o campo até a distribuição do biodiesel.

**MI – As pesquisas realizadas hoje pelo Núcleo de Biodiesel da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) seguem qual direcionamento?**

**FCS** – Trabalhamos quase que totalmente no desenvolvimento de pesquisas visando a otimização do processo de produção do biodiesel de várias culturas, como girassol, mamona, babaçu, algodão, pinhão-manso, piqui, junça e de gordura animal. Estamos trabalhando também na área de óleos vegetais. Temos um projeto com o BNB no qual es-



tamos trabalhando os fosfatídios, uma espécie de goma, que hoje é acrescentado à ração animal e vendido a alguns centavos, mas que tem um alto valor agregado, com aplicação desde a produção de sorvetes a medicamentos. Além disso, estamos estudando a recuperação de componente antioxidante, que também não é utilizado hoje. Estamos ainda trabalhando na área de armazenamento visando corrigir alguns problemas como crescimento de microorganismos. Esse projeto participa da Rede Nacional de Biodiesel. A UFMA também integra o Grupo de Co-produtos, que visa agregar valor aos co-produtos da cadeia do biodiesel. Um exemplo é a glicerina.

MI – *Recentemente, saiu o resultado de um estudo da Embrapa colocando as culturas do girassol e do algodão como propícias para plantação em praticamente todo o estado. Isso garantiria matéria-prima para uma produção futura?*

FCS – Nós hoje não temos produção de algodão em escala.

*“Não podemos seguir o exemplo do álcool, hoje produzido por uma pequena quantidade de usineiros que manda e desmanda no mercado”.*

Mas com o zoneamento agroclimático que foi feito pela Embrapa, abre-se a perspectiva para que empresários possam investir, além da mamona, no girassol e no algodão. É importante dizer que o óleo do algodão é o mais barato e só perde para o sebo bovino. Já fizemos pesquisas com o algodão e o biodiesel é de alta qualidade. Com o zoneamento é mais uma opção de produção. Quando é feito o zoneamento, os bancos

disponibilizam recursos para os investidores.

MI – *Entre tantas possibilidades de exploração da matéria-prima, qual delas seria mais viável para o Maranhão dos pontos de vista social e econômico?*

FCS – A mamona foi selecionada para o Nordeste pelo governo federal, que dá incentivos para esse tipo de cultivo e está apenas em 39 dos 217 municípios maranhenses. O governo federal precisa reformular a questão da cultura e ampliar as possibilidades. Do contrário a indústria não irá impulsionar a produção de algodão ou girassol por essas culturas não terem isenção fiscal total. O Maranhão tem algumas peculiaridades. Não é totalmente Nordeste. Somos meio-norte. Para o Norte a cultura eleita foi o dendê. Em termos estaduais podem ser criados outros incentivos além da cultura da mamona, que não é a mais adequada para o Maranhão. Enquanto não se produzir uma variedade que não tenha problema de se desenvolver em altitude, isso continuará como uma restrição. As perspectivas para o Maranhão são muitas boas, desde que incentivadas várias culturas. A produção de óleo vai ampliar o parque industrial. E posso garantir que o Maranhão não está atrás de nenhum estado do Nordeste em pesquisa nessa área. O mais importante é que todo esse processo econômico promova a inclusão social. Não podemos seguir o exemplo do álcool, hoje produzido por uma pequena quantidade de usineiros que manda e desmanda no mercado. ■

# A Nova Fronteira.



**MARANHÃO. Um Estado pronto para o seu investimento.**



De tempos em tempos surge uma nova região que atrai os olhos dos investidores do país. Foi assim ao longo da nossa história: na corrida pelo ouro das Minas Gerais, pelo café do interior paulista, pelo açúcar do nordeste, pela borracha do norte, pela construção de Brasília, pela agroindústria do centro-oeste. Hoje, as oportunidades apontam para o centro-norte, uma região em franco desenvolvimento, onde podemos destacar o Maranhão, que além de suas fronteiras com o Tocantins, no portão da Amazônia, possui o segundo maior litoral do país. Com uma infra-estrutura portuária, de estradas de ferro e rodovias, o Maranhão está pronto para escoar não só a sua produção, mas a de todo o centro-norte do Brasil. Turismo, indústria, agronegócio, comércio, seja qual for o interesse econômico, o Maranhão tem as oportunidades para fazer seu investimento render.





# Beneficiamento local

Maranhão quer substituir couro sintético para produção de calçados, bolsas e acessórios.

Por Franci Monteles



Apesar da crise que atinge o setor coureiro no Brasil, que enfrenta queda de 4% nas exportações de calçados nos sete primeiros meses do ano, o Maranhão aumentou a produção de couro wet-blue em 25% nos últimos dois meses. O volume produzido saltou de quatro mil unidades para cinco mil por dia. A produção segue toda para fora do estado, principalmente, para fábricas de calçados, bolsas e acessórios do Rio Grande do Sul.

Contribuí para o aumento a instalação de um curtume do Grupo Bertin, uma das maiores indústrias de curtimentos de couro bovino do país está produzindo cerca de mil couros por dia

no estágio wet-blue. O Bertin, com sede em São Paulo, adquiriu um antigo curtume que estava fechado em Bacabal (a 258 quilômetros de São Luís) e reativou a operação no final de julho.

Agora são três curtumes que transformam a matéria-prima – o couro salgado – até o primeiro estágio, o wet-blue. Os produtores mais antigos no estado são o Curtume Industrial Tocantins e a MR Couros, ambos localizados em Governador Edson Lobão, a 660 quilômetros de São Luís.

Para o coordenador do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão, Marco Antonio Moura da Silva, a chegada do Bertin, fruto de um trabalho de atração da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio

(Sinc), dá um novo fôlego ao setor coureiro maranhense. O curtume gera cerca de 120 empregos diretos.

Pode ser o começo do adensamento da cadeia produtiva do couro no estado, que detém um dos maiores rebanhos bovinos do Nordeste – aproximadamente sete milhões de animais. Tanto a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) quanto o governo do estado, por meio da Sinc, têm planos para ampliar a cadeia do couro no Maranhão. As ações são orientadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, dentro do Projeto Produção de Couros e outros artigos derivados do boi.

## TRIBUTOS

Para fortalecer a indústria local, no final do primeiro semestre, o Maranhão elevou a pauta fiscal do couro salgado, saltando de R\$ 2 para R\$ 3 o quilo – valor de referência para a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS).

A medida teve por objetivo evitar a saída do produto para outros estados e garantir o abastecimento da matéria-prima para as indústrias locais. Era uma reivindicação dos curtumes maranhenses, pois o preço, que estava abaixo dos praticados nos estados vizinhos, como Pará e Piauí, incentivava a venda para fora do estado e acabava levando a uma escassez do produto no mercado local.

“Nosso objetivo, com esta medida, é for-

talear as indústrias locais e atrair novos investidores”, afirma Moura, o economista também é o Superintendente de Agronegócio da Sinc.

Há seis anos no comando do curtume Industrial e Comercial Tocantins, Ely Puente é um dos empresários que comemora a elevação da pauta fiscal do couro salgado. “Se mantiver a pauta neste nível, está ótimo. Dessa forma, a indústria local consegue comprar a matéria-prima aqui mesmo”, explica Puente.

Quando a pauta estava abaixo deste valor, o Industrial Tocantins foi obrigado, no semestre passado, a comprar o couro salgado em outros estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. A aquisição fora do estado, mesmo a um preço mais baixo (de R\$ 1 a R\$ 2 o quilo), torna inviável a produção, pois acarreta em despesas com frete. “Quando compramos a matéria-prima no Maranhão, o frete é mais barato e isso diminui custos de produção”, explica o empresário.

Exemplo disso é a fábrica de solas de sapato que passa a operar em Imperatriz no próximo mês. A produção de 1.500 pares/dia será destinada ao mercado local em substituição às aquisições feitas em Goiás.

Depois de resolvido o problema da pauta fiscal, o próximo foco da Sinc é estimular a produção dos outros estágios do couro como o semi-acabado e o acabado para atender a fábricas de produtos finais como calçados, bolsas e



acessórios. Não vai ser uma tarefa fácil, pois os empresários reclamam de custos elevados, da falta de créditos e da burocracia para conseguir financiamento. “A gente tem muita dificuldade em contratar um empréstimo e a burocracia é grande também”, enfatiza Puento.

O couro wet-blue produzido no Maranhão serve de matéria-prima para indústrias de outros estados. Apenas a Industrial Tocantins produz, atualmente, pequena quantidade de couro semi-acabado – em torno de 800 unidades diárias.

Há um ano e meio, a indústria investiu com capital próprio, segundo Puento, na transferência de maquinário de uma unidade do grupo no Rio Grande do Sul para fazer o rebaixamento do couro, deixando a matéria-prima na espessura final do produto a ser confeccionado.

O investimento, da ordem de R\$ 1 milhão, proporcionou uma economia muito grande à empresa, pois barateia o frete ao carregar o dobro de couro no mesmo caminhão. A empresa tem planos de ampliar o curtume, mas por enquanto não saem do papel. “A gente tem idéia não só de aumentar a produção, como também de trazer uma parte da unidade industrial do outro estado para o Maranhão. Mas, nos deparamos com uma série de dificuldades”, revela o empresário. O curtume gera 250 empregos diretos.

#### ABATE

O couro salgado ou *in natura* é fornecido



aos curtumes pelos frigoríficos. De acordo com dados da Associação dos Criadores do Maranhão (Ascem), a taxa de abate no estado aumentou de 10% para 15% nos últimos cinco anos: um milhão de animais abatidos por ano. Cerca de 80% do couro é vendido a outros estados. O restante abastece os curtumes locais.

Como o Maranhão produz apenas o primeiro estágio, o wet-blue, os produtos acabados em couro vendidos no mercado maranhense são todos comprados fora. Um dos exemplos são botas profissionais, produzidas no Pará.

Para estimular a cadeia do couro no Maranhão, a Sinc está tentando identificar junto aos empresários as oportunidades do mercado. A atração de uma fábrica de calçados e acessórios é um dos focos. Outra oportunidade em estudo está no município de Imperatriz, a 636 quilômetros de São Luís, onde a secretaria identificou mais 30 pequenas fábricas de calçados, bolsas e acessórios.

A matéria-prima utilizada, porém, é na maioria, material sintético. Uma quantidade muito pequena de couro - comprada em Goiás - é empregada na confecção dos produtos. A produção é vendida dentro do Maranhão e também para os estados do Pará e Tocantins.

“Apesar de termos matéria-prima produzida aqui na região, o couro que retorna para o estado tem um custo muito elevado para as fábricas. Por isso, elas utilizam o material sintético”, explica a gerente do SENAI em Imperatriz, Maria do Amparo Freitas Alencar. O Senai desenvolve um trabalho com os donos destas fábricas, onde muitas vezes a confecção é feita de forma artesanal. A instituição oferece treinamento e assistência técnica para que possam otimizar seus recursos.

Do ano passado até o momento, o SENAI já ofereceu três cursos aos pequenos empresários: confecção de objetos de couro, modelagem e confecção de sandálias e de artefatos de couro. O objetivo é sensibilizar o pequeno empresário a produzir com maior qualidade. ■

# Beneficiamento de couro, indústria de laticínios e outros artigos derivados do boi

São excelentes as perspectivas na área do agronegócio. A cadeia produtiva da pecuária é uma das mais promissoras do Maranhão.



# PROJETO ADIADO

## Maranhão perde investimento sino-brasileiro para o Espírito Santo

Problemas para conseguir o licenciamento ambiental para o projeto da Companhia Siderúrgica do Mearim (CSM), um investimento estimado em US\$ 5 bilhões para produzir 10 milhões de toneladas de aço em Bacabeira, e a assinatura de um acordo entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Baosteel para levar a usina anunciada em 2003 para o Espírito Santo adiou o projeto da siderurgia de aço no Maranhão. O entrave enfrentado pelo único projeto que teve os trâmites burocráticos iniciados está exatamente na titularização do terreno onde a Aurizônia Empreendimentos, dona do projeto da CSM, pretende instalar o projeto.

A empresa ainda não conseguiu comprovar que é dona do terreno junto ao órgão ambiental maranhense, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema). Além disso, parte da região escolhida para abrigar a fábrica, um ramal ferroviário e um porto, está dentro da área onde está sendo desenvolvido um projeto de carcinicultura em Bacabeiras. “Não posso licenciar dois projetos para uma mesma área”, afirmou o secretário Othelino Neto, ao comentar o assunto.

A Aurizônia Empreendimentos nasceu como uma empresa do setor imobiliário, mas recentemente se tornou dona da mineradora Mineração Caraíba, na Bahia, uma das únicas produtoras de cobre do país. Três fatores

fora do comum levantaram suspeitas sobre o empreendimento siderúrgico: os executivos encarregados de tocar o projeto não pediram nenhum tipo de incentivo fiscal ao governo e não há dinheiro de qualquer banco de fomento que atua na região envolvido. Para muitos, a verdadeira intenção da Aurizônia é apenas viabilizar os trâmites legais para a região para depois vender a peso de ouro o projeto para a CVRD.

“Não há outra explicação para um cenário desse. Ninguém prevê um investimento de R\$ 5 bilhões e não pede nem incentivo fiscal e nem toma financiamento junto aos bancos estatais de fomento”, comentou um alto funcionário da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, que pediu para não ser identificado.

Além disso, os executivos da CSM que já estiveram em São Luís sempre afirmaram que o minério de ferro, o manganês e outros insumos minerais para a fabricação do aço seriam comprados da CVRD. Porém, até o momento nenhum tipo de negociação ou consulta foi feita à mineradora. “Um cenário de três anos, quando se trata de um negócio como este, significa amanhã e até o momento não fomos sequer consultados sobre o assunto”, afirmou o diretor de Logística Norte da CVRD, Zenaldo Oliveira, em entrevista à Revista Maranhão Industrial, edição junho/julho.



Hoje, os nove volumes do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) entregues pelos executivos da Aurizônia Empreendimentos ainda estão em análise pelos técnicos da Sema, mas sem previsão para que possa dar o passo seguinte: fazer as audiências públicas em Bacabeiras. Por enquanto, o que há de concreto é que já há grupos de especuladores imobiliários atuando em Bacabeiras. Os terrenos estão sendo comprados a peso de ouro, passando a cotação do hectare de R\$ 800 para até R\$ 2.500,00.

### PROJETO ADIADO

Desde o final de 2005, os executivos da CVRD, da Baosteel e o governo do Maranhão haviam deixado de conversar sobre o projeto de instalação da siderúrgica de aço em São Luís. Este ano, a mineradora brasileira e siderúrgica chinesa sacramentaram um acordo para transferir o projeto para Tubarão, onde já está instalada a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

No final do ano passado, durante um almoço com jornalistas, no Rio de Janeiro, o próprio presidente da CVRD, Roger Agnelli, assegurou que tinha intenção de retomar as negociações para instalação do projeto siderúrgico com o governo estadual, mas fez uma ressalva. “O povo do Mara-

nhão precisa querer que o projeto se instale lá”, afirmou Agnelli. Assim, começavam a aparecer as primeiras fissuras na execução do projeto. Nesta época, a localização sugerida já era Bacabeiras, no continente, que também já abriga uma siderúrgica de ferro gusa pertencente ao grupo Gerdau.

Para os analistas que acompanhavam o desenvolvimento do processo, a declaração do presidente da CVRD indicava que o tempo de maturação do projeto estava passando e a chamada ‘janela de oportunidade’ para a efetivação do negócio estava se fechando, como já havia acontecido em outras duas situações: a ida da planta siderúrgica da alemã Thyssen-Krupp, para o porto de Sepitiba, no Rio de Janeiro, e ida da coreana Posco, para Índia. Estas duas empresas haviam se planejado originalmente para compor o complexo siderúrgico de São Luís com a usina da Baosteel.

Em matéria publicada no jornal Valor Econômico, os chineses ainda pensavam em viabilizar o projeto. O executivo Xi Ziing, representante enviado pela Baosteel a São Luís para averiguar a viabilidade do projeto, afirmou que tudo estava nas mãos do governo estadual. “Estamos esperando por respostas. Nós viemos trabalhando no projeto, envolvendo estudos de viabilidade,

mas não temos o terreno. E precisamos dele para desenvolver o projeto, do qual nunca desistimos.”, disse o chinês na época.

### IDA PARA TUBARÃO

A configuração do negócio da planta siderúrgica sino-brasileira mudou de 2002 para cá. Quando o projeto foi acertado e um protocolo de intenções foi assinado, a gigante Arcelor, então maior empresa siderúrgica do mundo, fazia parte da composição acionária: os chineses iam responder por 55% do capital, a Arcelor ficaria com 37% e a Vale entraria com 8% do negócio.

Agora sem Arcelor, que no ano passado foi encampada pela indiana Tata Steel, a composição mudou radicalmente. Agora os chineses ficam com 80% do capital e a mineradora brasileira ficaria com 20%.

O aumento da participação da CVRD pode ser explicado por dois fatores: a saída da Arcelor do negócio e a necessidade de dar uma resposta à questão dos impostos brasileiros sobre o capital de investimento, que os chineses sempre apontaram como sendo um entreve para a conclusão do negócio.

O representante da Baosteel enviado ao Brasil, Xi Ziing, no primeiro semestre de 2007 para retomar as negociações já havia



deixado claro que a siderúrgica não estava disposta a pagar esta conta. Hoje, nas estimativas da CVRD, o projeto siderúrgico sino-brasileiro fica entre US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões, sendo que pouco menos de R\$ 1 bilhão será usado apenas para pagar impostos sobre o investimento.

## Maranhão e o projeto “Grande Carajás”

Falar de siderurgia no Maranhão não é algo recente. Desde 1965, quando nasceu a idéia de um grande projeto de desenvolvimento regional no Norte do país baseado na exploração de minérios de ferro que se pensa em siderurgia no estado.

As vantagens são: um porto abrigado com grande calado, que pode operar o ano inteiro; a proximidade dos mercados consumidores dos EUA e da Europa e o fato de estar próximo de uma das melhores jazidas de minério de ferro do

mundo: Carajás. Assim nasceu o chamado projeto “Grande Carajás”, ainda no regime militar.

“Era um projeto de governo para lançar o país como grande produtor mundial de minério de ferro. Ele consistia em ter uma grande mina em Carajás, ligada a um grande porto, que é o Itaqui, por uma ferrovia, que é a EFC, e tendo várias siderúrgicas ao longo da ferrovia”, observou o economista Moacir Feitosa, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal

do Maranhão (UFMA) e hoje secretário municipal de Educação.

“O objetivo do projeto foi atingido, que era lançar o país como grande produtor mundial de minério de ferro e possibilitar que o Brasil influenciasse o mercado internacional no fornecimento de insumos básicos da indústria”, completou Feitosa.

A operação foi entregue, na primeira metade dos anos 80, para a estatal CVRD, que teve pleno êxito em alcançar as metas traçadas pelo governo. Porém, o processo de industrialização, a segunda etapa do projeto “Grande Carajás”, só aconteceu na segunda

metade dos anos 90, quando foram abertas as primeiras das 15 usinas de ferro gusa em funcionamento hoje no Maranhão e Pará.

Passados três anos e depois de enfrentar uma resistência local e de ambientalistas e a incapacidade de negociar com o grande capital e de entender os movimentos da economia globalizada demonstradas pelos governos estadual e municipal, o projeto sino-brasileiro não se viabilizou em terras maranhenses. Assim, o projeto da CSM, está sendo encarado como uma tentativa de articulação do desenvolvimento local na área da siderurgia. ■

## Exportações podem encerrar 2007 entre USD 1,9 a 2,1 bi

O comércio exterior maranhense nunca cresceu tanto como nestes últimos dois anos. Primeiramente, graças ao crescimento excessivo o qual apresenta a demanda mundial pelas *commodities* – especialidade do estado – principalmente pela China. Aliado a este fator, figura-se o câmbio favorável durante os anos de 2004 e 2005, com médias de R\$ 2,92 e R\$ 2,43, respectivamente. No entanto, mesmo com toda esta conjuntura a favor, as exportações do estado nunca chegaram a USD 2 bi.

A política cambial brasileira, cuja marca é a flutuação da taxa de câmbio, tem apresentado em 2007 sinais claros que necessita de revisão. Assim, este ano, que antes era visto como promissor, agora apresenta um série de incertezas para os exportadores que, para garantir o mínimo da rentabilidade nas suas operações, chegam até a antecipar o recebimento de algumas de suas vendas.

Como consequência desta antecipação, traçar tendências para as exportações torna-se demasiadamente complicado. A taxa de câmbio não mostra sinais claros de recuperação. A tendência do dólar para este ano é fechar abaixo dos R\$ 2. A emissão de títulos – estratégia utilizada para retirar uma parte desta quantidade de moeda que entra no país – já rende ao Banco Central

um prejuízo de R\$ 4,7 bi.

Embora haja essa pressão negativa exercida pelo cenário mundial na taxa de câmbio, a demanda mundial pelas *commodities* maranhenses só tem crescido. O resultado durante o ano de 2007, mesmo com a situação da moeda desfavorável, é, em demasia, expressivo. Apenas nos seis primeiros meses as operações de exportação acumularam mais de USD 1,03 bi, ao passo que, no ano anterior, este mesmo valor só foi alcançado durante o mês de agosto. Assim, se seguir a tendência dos meses anteriores, bastará uma média de USD 166 milhões no período setembro-dezembro e as exportações maranhenses registrarão 2,1 bi de dólares ao final de 2007. Este resultado também pode ser fruto de antecipação do recebimento de vendas.

Em suma, as operações de exportação do Maranhão devem fechar o ano de 2007 entre 1,9 e 2,1 bilhões de dólares, ao considerar-se a conjuntura atual. Como a antecipação de vendas no estado não é realidade em todos os tipos de negócio, além dos produtos básicos terem sofrido aumento tanto em quantidade quanto em valor exportado, a tendência é de que o estado registre pela primeira vez um resultado na casa dos USD 2 bi. ■

Séries Mensais das Exportações do Maranhão – 2003-2007 – Em US\$ fob

Mês	2007	2006	2005	2004	2003
Total 1º Sem	1.036.392.352	681.118.334	604.575.935	442.874.399	340.821.347
Total 2º Sem	-	1.031.582.769	896.457.984	788.210.371	398.976.602
<b>Total Geral</b>	<b>1.270.776.499</b>	<b>1.712.701.103</b>	<b>1.501.033.919</b>	<b>1.231.084.770</b>	<b>739.797.949</b>

Fonte: CNI/Eximdata; Elaborado: FIEMA/CIN




## FEIRA DO EMPREENDEDOR 2007

Bons ventos para as micro e pequenas empresas no Maranhão.

Período: de 22 a 25/11/07  
Local: SEBRAE Multicenter

 BANCO DO BRASIL

 CAIXA

 Maranhão

 Prefeitura  
SÃO LUÍS  
compromisso e ação

 BANCO DA AMAZÔNIA

 Banco do  
Nordeste

# Mercado em alta

## Inclusão em programas sociais muda perfil do consumo no estado

Por Ernesto Batista\*

A doméstica Maria da Graça Freitas Moraes, 61, até bem pouco tempo fazia parte do grupo de brasileiros que só conseguia ganhar dinheiro suficiente para comprar comida e chegar ao trabalho. Porém, este ano ela entrou no clube dos consumidores de eletroeletrônicos: conseguiu comprar uma televisão nova e um aparelho de DVD. A doméstica na verdade faz parte de um fenômeno que tem mudado os rumos do consumo no

Nordeste e em particular no Maranhão.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de lares maranhenses com aparelho de televisão, geladeira e outros tipos de eletrodomésticos cresceu acima da média nacional. A Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), feita anualmente pela entidade, mostrou que em 2006 o acesso a eletrodomésticos e eletroeletrônicos está aumentando nos domicílios maranhenses. Um bom exemplo é o número de televisores: em 2004 havia

1.020.983 casas de maranhenses com aparelhos do tipo e no ano seguinte este volume aumentou para 1.045.730 TV's, o que significa que 72,5% dos lares maranhenses têm pelo menos uma televisão à disposição.

Isso demonstra que o potencial de consumo de bens duráveis está se ampliando no estado. Esta conclusão também pode ser apontada em outra pesquisa feita pelo IBGE, a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), que mede o aumento das vendas de produtos e a variação no volume de faturamento do comércio dos 27 estados brasileiros. De acordo com esta pesquisa, o Maranhão tem o melhor índice do país: o volume de vendas cresceu 16,5% em 2007 e a receita cresceu 15,2% no mesmo período.

Para alguns analistas, estes resultados são reflexos da política de assistência social adotada pelo estado brasileiro. No entanto, outros acham que é apenas uma consequência de um cenário mais geral do Brasil: aumento da massa salarial, estabilidade da inflação e acesso ao crédito.

Segundo o secretário estadual de Minas e Energia, Ricardo Ferro, até o fim do ano cerca de 103 mil domicílios já haviam sido atendidos pelo programa 'Luz para Todos'. 'Isso gerou uma massa de consumidores com 100 mil novas oportunidades de negócios para quem vende geladeiras, televisores, antenas parabólicas e outros eletrodomésticos. A maior parte dos atendidos por este programa está em municípios distantes e não tinha acesso aos bens de consumo', observou Ferro.

'Uma coisa que percebemos é que cada vez mais maranhenses que emigraram estão enviando recursos para os

que ficaram poderem ter mais conforto e o que é formidável é que esta demanda emergente é muito maior do que a indústria nacional pode atender. Isso abre possibilidades de atração de novos negócios para o estado, principalmente no setor industrial', completou.

Outro dado interessante é que, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os programas Bolsa-Família e Vale-Gás atendem cerca de 730 mil famílias no estado, o que representa uma injeção de mais de R\$ 330 milhões por ano no mercado local, o que é equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado hoje estimado em R\$ 16,5 bilhões. O montante é, por exemplo, metade do que o governo estadual tem no orçamento geral para fazer investimentos em 2007.

A doméstica Maria da Graça entra em todas as estatísticas mostradas até aqui. Ela mora em uma das favelas de São Luís - o Coroadinho - com duas filhas, um filho (todos desempregados) e quatro netos. Todas as quatro crianças estão no Bolsa-Família e ela recebe Vale-Gás e é atendida pelo programa social de fornecimento de luz para clientes de baixa renda, que garante uma tarifa mais barata para famílias como a de Maria.

O rendimento da família de Maria cresceu R\$ 130 por mês, que se soma ao salário-mínimo - R\$ 380 - que ganha trabalhando em uma casa de família, o que significa que ela tem um incremento da ordem de 34% na renda familiar. E com isso ela conseguiu gerar uma poupança que permitiu a compra de uma televisão e um DVD, muito embora ela tenha parcelado parte do custo no crediário, cujo acesso foi garantido pela renda extra, conseguida com a mãozinha do governo federal.



No entanto, há uma outra corrente de pensamento das mudanças do padrão de consumo que o estado tem passado. Segundo o economista João Gonçalo de Moura, professor das cadeiras de Macroeconomia, Introdução à Economia e Economia Internacional do curso de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), este novo cenário é reflexo do aumento do crédito a famílias de baixa renda, do aumento da massa salarial do estado e da estabilidade da inflação no país.

‘O que houve foi um aumento real da renda do trabalhador, que somada à expansão grande do crédito pode levar ao aumento do consumo de bens duráveis. No entanto, hoje a manutenção desta é muito dependente da concessão de crédito’, disse o pesquisador.

A preocupação com os efeitos de longo prazo da expansão do crédito já havia sido demonstrada pelo setor industrial em 2005. Em visita à Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA), naquele ano, o presidente da Confe-

deração Nacional das Indústrias (CNI), Armando Monteiro Neto, disse que o crescimento da atividade industrial no país era impulsionada pelo advento do crédito consignado no mercado nacional. ‘Este efeito vai acabar nos próximos anos e esperamos uma certa queda na produção das indústrias de bens de consumo nacionais por causa da exaustão desta linha de crédito’, comentou ao falar sobre o futuro da economia brasileira e pedir a queda dos juros da Selic para 17,5% já no início de 2006.

Hoje três mecanismos de crédito, além do tradicional crediário, foram muito usados no período de expansão do crédito: o Crédito Direto ao Consumidor (CDC), o crédito consignado e o cartão de crédito. Segundo Moura, este cenário tem uma faca de dois gumes porque também levou ao aumento do endividamento das classes mais baixas. ‘No começo do governo Lula, o endividamento das classes baixa e média representava cerca de 24% do PIB e hoje este volume supera a casa dos 30%’, observou.

No entanto, para o professor universitário, o crescimento do consumo de bens duráveis não está nas classes mais baixas, incluídas nos programas sociais do governo federal, mas sim nas classes intermediárias. ‘Os programas como o Bolsa-Família atende necessidades mais básicas como compra de leite e pagamento da conta de luz e, portanto, não afetam o consumo de bens duráveis, mas são um fator importante pra a economia interna porque faz a moeda girar dentro da economia’, assegurou.

Desta maneira, o fato é que o mercado maranhense de bens de consumo está em plena expansão e a soma dos efeitos de vários fatores contribuíram para configurar este cenário. Agora cabe aos governos municipal e estadual aproveitar a expansão do mercado para atrair novos negócios, fomentar o desenvolvimento da indústria e do agronegócio maranhenses, para reverter a tendência de fuga de divisas para outros estados provocada pela compra de bens duráveis ou não fabricados, hortaliças, grãos e outros insumos produzidos em outras unidades da federação. ■



Cresce  
**NORDESTE**  
Prática Sinalização  
João Pessoa-PB

Cresce  
**NORDESTE**  
Aço Cearense  
Caucaia-CE

Cresce  
**NORDESTE**  
Distribuidora de Lentes Visual  
Aracaju-SE

## O Cresce Nordeste está em lugares que você nem imagina.

A história do Cresce Nordeste é a história do crescimento e do sucesso de muitos nordestinos. E faz parte da maior democratização de créditos que o Brasil já viu. Para você participar deste desenvolvimento, o Banco do Nordeste está disponibilizando **mais de 5 bilhões de reais em recursos para investimentos a curto, médio e longo prazos, com juros ainda menores para os mais diversos setores.** Cresce Nordeste. Transformando a sua história. Transformando a história do Brasil.



Ministério da  
Integração Nacional

**Banco do  
Nordeste**



Cliente Consulta: 0800 728 3030 • [clienteconsulta@bnb.gov.br](mailto:clienteconsulta@bnb.gov.br) • [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)

# Perdas e ganhos

## Apesar de favorecer a abertura de novas empresas, a Lei Geral prejudica estados com regime tributário próprio

Por Ribamar Cunha

Um total de 44.372 micro e pequenas empresas em atividade no estado optou pelo Simples Nacional de olho nas vantagens prometidas no capítulo tributário da Lei Geral, que passou a vigorar desde 1º de julho deste ano. Mas, especialistas no assunto e até mesmo a própria Receita Federal do Brasil (RFB) afirmam que o novo sistema, que unifica oito tributos federais, estaduais e municipais, beneficia alguns setores econômicos com redução de carga tributária em detrimento de outros.

Segundo representante do Maranhão na Câmara Técnica do Conselho Federal de Contabilidade que trata da Lei Geral, João Pinheiro Júnior, a redução da carga tributária é relativa, beneficiando de imediato micro e pequenas empresas comerciais e industriais. Para esses segmentos, a média de redução fica entre 30 e 40%. Em alguns casos, pode chegar até 60%. “Os setores comercial e industrial foram os mais beneficiados com o Simples Nacional”, confirma o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRC), Celso Beckman.

Mas não é bem assim. No caso de estados como o Maranhão, que mantinha um regime tributário próprio, a Pequena Empresa Maranhense (PEM), o Simples Nacional não

trouxe tanta vantagem, especialmente para o setor de comércio, que poderá ter aumento e não redução de carga tributária.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), José Azzolini, afirma que os estados alertaram, mas não foram ouvidos, que a Lei Geral traria sobrecarga às empresas enquadradas em regime tributário diferenciado. Como forma de minimizar esse impacto, a classe empresarial maranhense propôs ao governo do estado que haja uma redução na diferença entre a alíquota interna e a externa, de modo que a carga total não ultrapasse a faixa máxima do PEM. O programa, quando em vigência, beneficiava empresas que faturavam até R\$ 720 mil por ano, cujo imposto era calculado com base em alíquotas que variavam de 1% até 7%.

O Simples Nacional beneficia empresas que faturam até R\$ 2,4 milhões por ano. No Maranhão, esse teto ficou limitado à metade, opção, conforme previsto na Lei Geral, que foi garantida ao estado porque seu Produto Interno Bruto é inferior a 1% do PIB do Brasil.

A proposta da classe empresarial está sendo analisada pela Sefaz, mas teve boa receptividade por parte do governo, com grande possibilidade de passar a valer como lei a partir de outubro e com efeito retroativo

a 1º de julho. Até lá, a empresa que optou pelo Simples Nacional deve atender ao que está previsto na Lei Geral, podendo ser compensada posteriormente pelos benefícios da lei estadual. Vários estados estão nessa situação, a exemplo do Amazonas, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, de voltar a promover tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas.

### SERVIÇOS

Dificuldades que também se aplicam às empresas de prestação de serviços, que ao contrário dos setores de comércio e indústria, enfrentam uma série de restrições, seja pela impossibilidade de aderir ao Simples Nacional, dependendo da atividade, ou pela não inclusão do INSS no regime de recolhimento unificado. Em alguns casos, a opção pode resultar em aumento de carga tributária.

No caso de alguns segmentos de serviços, a exemplo de empresas de contabilidade, para a obtenção dos benefícios de redução de carga tributária, obrigatoriamente terão que arcar com o ônus de comprometer no mínimo 40% do seu faturamento com custo de folha de pessoal. Abaixo dos 40%, significará carga tributária maior.

Portanto, diz o contabilista João Pinheiro Júnior, é fundamental que o empresário faça

o devido estudo e compare até que ponto é conveniente aderir ao Simples Nacional. Para algumas atividades, a tributação pelo lucro presumido, no sistema antigo, o Simples Federal, pode ser mais vantajoso.

Não bastasse, fazendo um comparativo, no regime anterior (Simples Federal), o processo era mais simplificado. O cálculo do imposto baseava-se em única tabela, com alíquotas variando de 3% a 12,6%, aplicadas sobre a receita bruta anual das empresas. O Simples Nacional, também conhecido como Super Simples, traz cinco tabelas, com faixas diferenciadas de alíquotas por segmento econômico. O delegado substituto da Receita Federal de São Luís, Marcellus Ribeiro Alves, afirma que o Simples Nacional procurou obedecer à equidade, mas admite que na variável simplificação administrativa, o novo sistema dificultou.

Mas nem todas as atividades tiveram a oportunidade de ingressar no Simples Nacional e comparar se era vantajoso ou não. Dessa forma, ficaram vedados de recolher os impostos e contribuições na forma do novo regime tributário, por exemplo, empresas que prestem serviços de comunicação, que tenham sócio domiciliado no exterior, que realizem cessão ou locação de mão-de-obra, dentre outras.



# Menos burocracia

No âmbito geral, a Lei Complementar nº 123 tem boas intenções, que não se resumem somente ao capítulo tributário. Ela prevê, entre outros avanços, a desburocratização e simplificação do processo de constituição e gestão de pequenos empreendimentos, acesso facilitado ao crédito e prioridade nas compras do governo, além de estímulo oficial à inovação nesse segmento. “Não resta dúvida que a Lei Geral representa uma conquista muito grande para esse segmento”, afirma o presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas do Maranhão, José de Ribamar Silva.

Por conta da desburocratização e simplificação do processo de constituição, a expectativa é que 11 milhões de empresas deixem a informalidade em todo o país. No Maranhão, onde 90% dos negócios são informais, o Sebrae espera que em um ano, a

partir da vigência do capítulo tributário da Lei Geral, 10 mil empresas saiam dessa condição. “Essa é a nossa meta imediata”, afirmou o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Júlio Noronha.

De acordo com a Junta Comercial do Maranhão (Jucema), de janeiro a julho deste ano, houve um crescimento de 17,34% no número de empresas constituídas em comparação com o mesmo período de 2006. “Isso reflete a atual conjuntura econômica favorável (inflação controlada, taxa de juros em queda, etc), mas observamos que nos dois últimos meses o Simples Nacional favoreceu a abertura de novas empresas”, avalia o presidente da Jucema, Alberto Nogueira.

O Maranhão é um dos estados onde o processo de constituição de uma empresa leva um tempo razoável: em média 15 dias, bem abaixo

dos 26 dias da média nacional. Em São Luís, quem estiver predisposto a abrir um negócio pode encontrar em só lugar, ou melhor em dois – Viva Cidadão e Casa do Empreendedor – todos órgãos ligados à legalização, com toda

a orientação e informações necessárias. No Maranhão, o custo médio para abertura de um negócio é de R\$ 386,76. Nos estados do Piauí e Bahia, esse custo está em torno de R\$ 710,00 e R\$ 1.302,00, respectivamente. ■

## LONGEVIDADE DAS EMPRESAS

Outro fator positivo que deverá ser proporcionado pela Lei Geral é o aumento da longevidade das empresas, posto que com menos burocracia, mais simplificação administrativa e carga tributária menor, os pequenos negócios tendem a se fortalecer e se consolidar no mercado.

O termômetro, inclusive, que o cenário é favorável ao segmento se observa no resultado de uma pesquisa encomendada pelo Sebrae e divulgada em agosto, que revelou crescimento na taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras, cujo índice saltou de 50,6% em 2002 para 78% em 2005.

No Maranhão não foi diferente. A taxa de mortalidade, que era de 51,3% (2002) caiu para 22,4% (2005). Isso significa que a longevidade das empresas locais aumentou de 48,7% para 77,6%. Esse resultado favorável é creditado pelo Sebrae ao ambiente econômico estável, que proporciona maior confiança aos empreendedores.

A burocracia e elevada carga tributária ainda são apontados como entraves à sobrevivência das empresas. Mas, para o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Júlio Noronha, a Lei Geral deve significar, na próxima pesquisa, um avanço muito grande na taxa de longevidade dos pequenos negócios.

### CAPACITAÇÃO

E quando se fala em longevidade, há que se destacar o fator capacitação empresarial como fundamental para a sobrevivência de um negócio. Pesquisas anteriores apontavam que 80% das empresas que fechavam as

portas tinham no componente ‘gestão’ a principal causa de mortalidade.

Esse ambiente mudou. A pesquisa do Sebrae mostrou que o crescimento da taxa de longevidade das empresas também se atribui a uma maior preocupação com o planejamento de suas atividades, do ponto de vista de qualificação, capacitação e melhor gerenciamento dos negócios.

Segundo o superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Afonso Sérgio Ferreira de Oliveira, as empresas estão começando a acordar para a importância da capacitação, procurar se informar e estar atualizadas sobre o mundo dos negócios, do planejamento e da gestão. “Ou as pessoas se preocupam em gerir melhor seus negócios, ou quebram”, alerta.

Para a diretora do ISAN-FGV, Cleide Reis, a sobrevivência de uma empresa em um ambiente de concorrência cada vez mais acirrada está atrelada ao seu capital humano. Além disso, é imprescindível, também, ter conhecimentos atualizados em diferentes áreas. Dessa forma, investir em capacitação é assegurar uma maior desenvoltura para lidar com os problemas e buscar soluções.

Mas ainda há quem veja o investimento em capacitação como um custo e, quando for necessário fazer cortes, o fator qualificação é um dos primeiros que entra na lista. “Uma equipe qualificada terá maior comprometimento, mais produtividade e diminuição de desperdícios”, afirma Lula Fylho, facilitador do Empretec, programa de capacitação empreendedora desenvolvido pelo Sebrae.



NAEL REIS

Jaqueline Pimentel\*

## Consumo e sustentabilidade ambiental

É de conhecimento mundial que estamos vivendo a era da sociedade do consumo, termo comumente utilizado pelo marketing e que caracteriza esse ambiente em que as forças produtivas buscam de modo cada vez mais efetivo estabelecer um elo com o público consumidor, de modo a criar instrumentos que atendam às necessidades humanas, mas mais que isso, também atendam aos desejos, que muitas vezes são supérfluos, apenas retorno aos estímulos de mercado.

E os desejos humanos têm mostrado ser de ordem infinita. É um celular com um novo design, um dvd com mais uma função, mp3, mp4...objetos que em um curto espaço de tempo ficam obsoletos e se transformam em lixo eletrônico, isso para não falar dos resíduos gerados pelas organizações empresariais no desenvolvimento do processo produtivo, a exemplo dos resíduos da construção civil, do setor de saúde, da indústria química e até mesmo dos pequenos escritórios, entre outros.

O processo de industrialização gerou uma urgência no modus operandis, alterou valores e a produção em escala acabou por influenciar no modo de vida da população mundial, criamos a geração dos descartáveis. A busca da praticidade levou também à instantaneidade e de repente itens que poderiam deixar de fazer parte da nossa



rotina passaram a ser indispensáveis: alimentos pré-prontos, caixinhas tetrapack, copos, talheres, colheres, pratos e guardanapos descartáveis. E a indústria se esforçando cada vez mais para deixar a nossa vida mais fácil, o nosso cotidiano mais prático. A grande questão é: qual o custo de tanta facilidade?

Todas essas constatações agora nos colocam diante do óbvio: precisamos buscar soluções que minimizem os danos. É fato que o planeta não é descartável e que os danos que hoje causamos com consumos demasiados acabam por dificultar a lógica ambiental de que precisamos garantir que os recursos atuais estejam disponíveis para as gerações futuras.

A nosso favor temos o fato de que setores produtivos, academia e sociedade organizada buscam na ciência e na tecnologia soluções criativas.

Podemos fazer diferente, basta que cada um assuma a responsabilidade que lhe cabe por manter um mundo melhor, por garantir o equilíbrio e a sustentabilidade ambiental. ■

*\*Jaqueline Pimentel. Administradora, Gerente de Planejamento e Gestão do Grupo Atlântica, Docente da Faculdade Atenas Maranhense – FAMA, Mestranda em Saúde e Ambiente – UFMA.*

## A voz do Maranhão no Brasil

Artistas já reconhecidos e iniciantes falam da busca pelo sucesso e da presença da terra natal em suas produções

Selma Figueiredo\*

Um canto forte e uma voz firme nem sempre são garantia de sucesso e a trilha para o artista que sonha com sua música tocando no rádio e fazendo fundo para romance na TV é bastante árdua. Foi assim para os hoje renomados maranhenses Alcione, Rita Ribeiro, Tribo de Jah e Zeca Baleiro. Quem está iniciando a batalha, como Flávia Bittencourt, ou ainda pretende iniciar, caso de Chiquinho França, também reconhece as agruras do jogo.

Rita Ribeiro é taxativa ao dizer que, apesar de não querer, viu-se obrigada a deixar o Maranhão para estrear em CD. “Sei que muitas coisas mudaram, mas naquela época não havia condições locais de produção, estúdios e profissionais de gravação capacitados. Trabalhávamos com muita dificuldade e pouco reconhecimento local. A saída era buscar oportunidades fora do estado, onde a produção cultural era mais abrangente e constante”, diz.

Ela faz questão de esclarecer que nada no mercado está garantido e que é preciso muita luta. “A mudança é uma opção pessoal, não existe uma fórmula pronta. O artista tem que se arriscar por

aquilo que acredita. Foi o que fiz”, completa a intérprete de Jurema, que já lançou quatro CDs (*Rita Ribeiro*, pela Velas; *Pérolas aos Povos* e *Comigo*, pela MZA; e *Tecnomacumba*, por seu selo, Manaxica Produções, com distribuição pela Biscoito Fino). A média de vendagem fica entre 10 mil e 25 mil cópias. “Um relatório de vendagem que, sem dúvida, me situa no mercado como uma artista de carreira sólida, produtiva e consistente”, pontua.

O vocalista Fauzi Beydoun (paulista que se diz maranhense) também afirma que a Tribo precisou sair do estado para que o trabalho da banda alcançasse reconhecimento. “Profissionalmente, não teríamos como ficar no Maranhão se aspirássemos realmente a uma projeção na carreira. A questão geográfica nesse caso faz muita diferença porque estando em São Paulo ficamos mais próximos do grande mercado e também dos meios difusores. O jeito foi mudar realmente, porém, contra a vontade de todos porque ninguém queria realmente sair de São Luís”, enfatiza o vocalista da Tribo de Jah, cujo CD mais vendido foi 2000 Anos, com 250 mil

cópias. A média de venda dos outros, segundo ele, é de 80 a 100 mil cópias. “É algo considerável. Porém, não dá para avaliar ainda a venda dos dois últimos lançamentos em caráter independente”, pondera.

Fauzi Beydoun aponta ainda que a luta maior é para furar o bloqueio e conseguir um lugar ao sol no mercado. “Antigamente, gravar um CD era muito difícil, mas agora é muito fácil. Até para a Tribo, há sempre o desafio de provar que a banda ainda está na vanguarda da cena reggae nacional. Eu, particularmente, acredito nisso, mas você tem que provar a todos. O artista, em última instância, tem que trabalhar como se fosse sua própria gravadora. Lançar o CD não é o problema, torná-lo conhecido

restante do país a produção do estado. É preciso investimento, pois o povo do Maranhão tem grande inspiração, faz arte como ninguém e é muito sensível”, observa ela, que recentemente lançou o CD *De Tudo que eu gosto* e é detentora de 27 discos de ouro, cinco de platina, dois de platina duplo e dois DVDs de ouro, além de 300 troféus e prêmios, entre eles vários Prêmio Tim de Melhor Cantora de Samba e um Grammy Latino. “Estou às vésperas de receber o 28º disco de ouro”, comemora ela, que lançará em breve mais um DVD, no qual homenageará o estado natal na música de abertura, a toada “Se Não Existisse o Sol”, de Chagas, do Bumba-meu-boi da Maioba.

opinião é comungada por Alcione: “Para vencer é preciso ralar muito. É o caso do César Nascimento, que deixou o Maranhão, está fazendo um trabalho solitário hoje no Rio de Janeiro e que já está dando frutos. É preciso acreditar”, declara.

Apesar de não viverem em terras Timbiras, todos dizem que o estado está sempre presente em seus trabalhos. A Marrom reafirma o orgulho de ser maranhense. “Minha terra sempre influenciou o meu trabalho, na verdade, em toda a minha vida. Na postura, no respeito aos mais velhos, é uma tradição da família maranhense”, assegura. Rita Ribeiro faz uma declaração de amor: “Minha terra é meu porto seguro, minha referência maior. Meu

referência ou influência; acredito que o Maranhão esteve sempre como a própria essência do trabalho da Tribo”, reforça.

#### AFINADOS

E engana-se quem pensa que os artistas maranhenses reconhecidos nacionalmente só têm hoje a preocupação de subir ao palco e cantar. Todos dizem controlar bem de perto todos os passos da carreira, claro, sempre orientados por especialistas nas respectivas áreas de trabalho.

“Tudo que é feito em torno da minha carreira passa inevitavelmente por mim. A história é minha, o interesse é meu, principalmente nos dias de hoje, com mercado totalmente modificado. Graças a



nacionalmente já é bem mais difícil”, reforça.

Alcione, pioneira nesse trajeto rumo ao eixo Rio-São Paulo lembra que viajou com a cara e a coragem. “Foi muito difícil. Trabalhei como vendedora na Império Discos, pois tinha que me virar para ajudar minha tia, com quem fui morar. O bom é que encontrei pessoas amigas que acreditaram no meu trabalho, como o Jair Rodrigues, o Roberto Menescal, o Augusto César Vanucci e muitos outros”, afirma a Marrom.

Na opinião dela, políticas públicas também são necessárias para tornar o Maranhão reconhecido como grande celeiro musical. “Os artistas deveriam se reunir numa grande caravana, com apoio do governo e de grandes empresas, para mostrar ao

#### IDENTIDADE

Mesmo de longe, os ídolos continuam acompanhando a carreira de quem faz música hoje no Maranhão. Rita Ribeiro destaca o trabalho de nomes como Flávia Bittencourt e do projeto Criolina, de Alê Muniz e Luciana Simões (que passam longas temporadas em São Paulo) e do projeto Som do Mará (grupo formado por nomes como Josias Sobrinho, Gerude, Daffé, Marquinho Leite e Celso Reis). “Tem muita gente boa na nossa terra”, resume.

Fauzi Beydoun não cita nomes, mas afirma que “muitos dos que estão no Maranhão no momento poderiam ter também consolidado uma carreira fora se tivessem se atirado realmente”. Essa

canto tem a influência dos cantadores de bumba-meu-boi e das caixeiros do Divino Espírito Santo, tem as cores do guará na mata verde maranhense e a força dos tambores que ecoam nas ladeiras de São Luís. “Maranhão sou eu...”

Fauzi Beydoun, por ser paulista, surpreende pela intensidade na resposta. “O Maranhão é muito mais que uma referência para mim. Na minha vida, tudo aconteceu a partir do estado. O Maranhão me deu uma identidade, como expressão do rádio e do reggae local, me deu notoriedade, me deu uma família - minha mulher e os filhos, nascidos aí -, me deu uma cultura que passei a amar e a admirar, até porque não tinha outra remanescente na minha mente. Acho que não é nem uma questão de

Deus, conto com uma equipe profissional e com minha grande empresária e irmã, Elza”, declara Rita Ribeiro, cujo trabalho é bastante autoral e feito para um público bem exigente.

“Eu acompanho sempre tudo de perto. Não tem outro jeito. Acabo sendo um empresário, sem querer. Queria poder pensar só em música, mas se fizer isso a casa cai”, afirma Fauzi Beydoun. Além dos CDs, a Tribo também trabalha com venda de produtos próprios, como camisetas, um ganho à parte. “Tenho advogado, contador, mas tudo tem que passar primeiro por mim”, declara a Marrom, que segue a receita que deu certo no início da carreira e até hoje a mantém no patamar das grandes divas da música popular brasileira.

## NA TRILHA DO SUCESSO

Se quem canta seus males espanta, Flávia Bittencourt segue na trilha em busca do sucesso, reafirmando a cantilena de que é preciso sair do Maranhão para alcançá-lo. Hoje, a cantora vive no Rio de Janeiro - antes, passou uma temporada em São Paulo -, onde cursa faculdade de Música. "Quando saí, ainda não tínhamos esse curso. Deixei o estado em busca de novos horizontes. Infelizmente tem que ser assim. A mídia está aqui no eixo Rio-São Paulo. Apesar da internet, ainda é bem complicado e difícil conseguir algum reconhecimento ficando no Maranhão", diz a cantora e compositora, que largou no caminho a faculdade de Farmácia.

O primeiro fruto dessa empreitada já nasceu. "Depois que vim para cá, fiz muita coisa, consegui lançar meu primeiro CD, Sentido, fiz shows e conquistei prêmios", contabiliza ela, que em setembro cumpre temporada de shows na França e dia 9 de outubro se apresentará no Teatro Rival, ao lado de Luiz Melodia. A distância não impede que a terra natal se faça presente em sua obra. "O Maranhão é bastante musical, então sempre utilizo essa musicalidade em meus trabalhos", declara a autora de Volta e No Movimento.

### ARRUMANDO A MALA

Já o instrumentista Chiquinho França, que conseguiu certo reconhecimento mesmo morando no Maranhão, se rendeu à força do mercado e está arrumando as malas. Músicas do compositor, como Fissura, Dindinha e Ninando Lelé, fazem trilha sonora para programas da TV Globo, SBT, Band e Globo News, mas ele diz que sente falta do reconhecimento dos próprios conterrâneos. "Se eu não sair do Maranhão eu não cresço. Para ganhar 'peso', o meu estado também precisa saber de mim fazendo sucesso fora dele. É estranho, mas parece que se você fica aqui, as pessoas não enxergam seu valor", lamenta ele.

Para o músico, o destaque já alcançado só foi possível porque ele toca música instrumental, uma linguagem universal, apesar de guardar sonoridades maranhenses. França teve sorte. O cinegrafista maranhense Luís Júnior, contratado pela TV Globo, levou seu CD de estréia ao produtor Pedro Varone, do Globo Repórter. Não deu outra, o disco virou hit no programa.

## BAIXA POTÊNCIA

O Maranhão segue numa sinfonia sem muitos altos e baixos e abocanha, na atualidade, uma pequena fatia de 1,5% do mercado nacional das gravadoras Trama, Gema, Atração e Biscoito Fino. A afirmação é da representante das empresas no Maranhão e Piauí, Maria Lúcia Batalha Silva. "É pouco e esse número fica ainda mais preocupante ainda diante do avanço da pirataria. Hoje, essa é uma questão que atinge a todos", diz ela.

Entre os artistas maranhenses presentes no quadro dessas empresas, ela aponta Rita Ribeiro (com o CD Tecnomacumba, distribuído pela Biscoito Fino), Layrton, Ray Douglas e Tom Cléber (todos fora do elenco de con-

tratados, mais ainda no catálogo da Gema). Segundo ela, entre suas representadas, o ritmo que mais vende no estado é a seresta (ou o estilo considerado brega, com seus acordes de churrascaria). Nesse campo, ela chega a citar artistas locais, como Walfredo Jayr, que passaram pela gravadora, mas cujo trabalho não vingou por não alcançar a vendagem esperada. De olho nesse mercado, ela afirma que há também uma preocupação em garimpar novos artistas para as gravadoras. ■

*\*Selma Figueiredo é jornalista, com especialização em Jornalismo Cultural, pela UFMA.*

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.



## 5º Telecongresso Internacional de Educação Educação, Competitividade e Desenvolvimento

O 5º Telecongresso Internacional de Educação vai discutir o papel da educação de qualidade como instrumento para a competitividade das empresas e o desenvolvimento do país. Por meio de modernas tecnologias de comunicação e informação, os participantes discutirão alternativas e rumos que o Brasil deve seguir para inserir-se na economia do conhecimento.

17 e 18 de outubro de 2007

Inscrições e informações:  
[www.telecongresso.sesi.org.br](http://www.telecongresso.sesi.org.br)



# EMPREENDEDORISMO E COMPETÊNCIAS EMPRESARIAIS

As **empresas** maranhenses estão  
**preparadas** para fazer seu **investimento**  
**render.**

- DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES LOCAIS
- DESENVOLVIMENTO DE JOVENS EMPREENDEDORES
- CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL
- UNIVERSIDADE CORPORATIVA



Plano Estratégico de  
Desenvolvimento  
Industrial do Maranhão

FIEMA  
SESI  
SENAI  
IEL

**FIEMA**